



ÍNDICE

COMO FUNCIONA O PLANO PETROS 1 - PÁG 3

A FAMÍLIA REAL - PÁG 4

DADOS IRREAIS- PÁG 5

HISTÓRICO DO DÉFICIT - PÁG 7

IMPACTOS RECENTES NO PLANO - PÁG 10

DIFERENÇA ENTRE DÉFICIT E DÍVIDA - PÁG 13

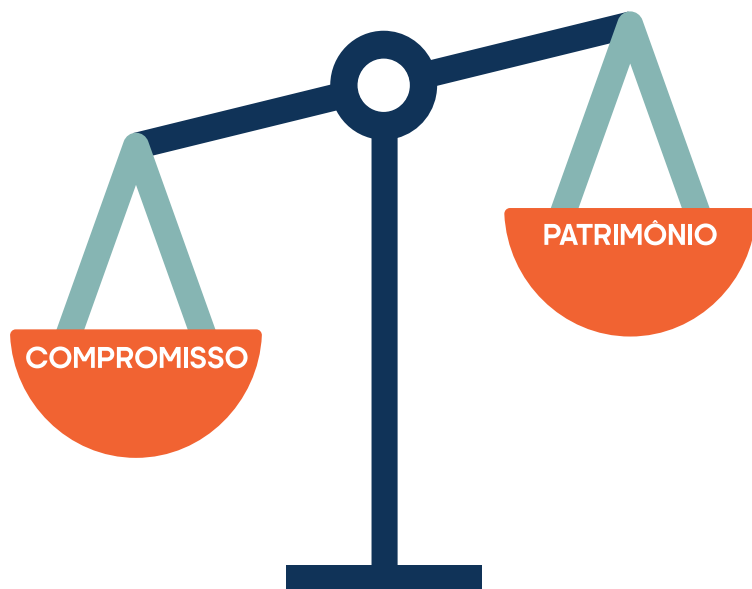
PRINCIPAIS CAUSAS DO DÉFICIT - PÁG 14

PRECISAMOS EQUACIONAR O DÉFICIT - PÁG 15

PLANO DE AÇÃO - PÁG 16



COMO FUNCIONA O PLANO PETROS 1



O Plano Petros 1 (PP1) é como uma balança. De um lado temos o seu **patrimônio** (ativo financeiro) composto por imóveis, títulos públicos e privados, ações de empresas, empréstimos aos participantes e outros investimentos, além da sua rentabilidade, todos provenientes das contribuições atuais e futuras dos participantes e assistidos e das empresas patrocinadoras, desde a sua criação em julho de 1970. Esse patrimônio é calculado e definido de acordo com as condições do mercado financeiro e da economia do país.



Do outro lado, temos o seu **compromisso** (passivo atuarial) que são os benefícios atuais e futuros que o plano tem que pagar aos seus participantes e assistidos. Esse compromisso é definido pelo cálculo atuarial, de acordo com diversos fatores (premissas atuariais) que mudam com o passar do tempo, como a expectativa de vida dos participantes, assistidos e seus beneficiários, sua composição familiar, a previsão de crescimento salarial, dos benefícios e da inflação futura, entre outros fatores. As previsões que são feitas para cada uma dessas premissas são denominadas **hipóteses atuariais**.

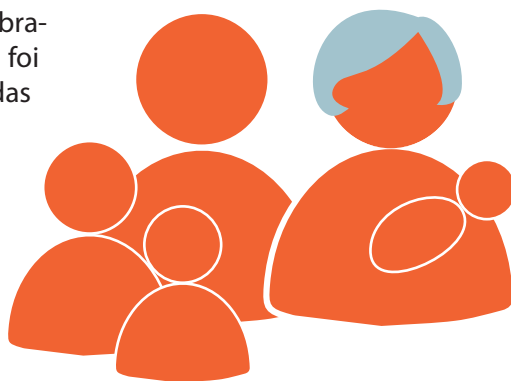
Nos últimos anos há um desequilíbrio nessa balança. O valor do compromisso do plano, tem sido maior que o valor do seu patrimônio. Esse desequilíbrio ocorre porque o patrimônio investido não vem atingindo uma rentabilidade mínima necessária, a chamada meta atuarial do plano, que é definida de acordo com a taxa anual de inflação e pela taxa de juros que reflete a expectativa de rentabilidade anual dos investimentos. Quando a meta atuarial é atingida, ano a ano, essa balança fica equilibrada.

Quando a meta é superada, a balança fica desequilibrada positivamente e o plano tem um **superávit**. Quando não é superada, a balança fica desequilibrada negativamente e o plano tem um **déficit**.

Qualquer mudança não prevista nos fatores que definem o valor do patrimônio e do compromisso do PP-1 pode comprometer o atingimento da meta atuarial e desequilibrar de forma negativa essa balança.

A FAMÍLIA REAL

Um dos fatores que desequilibraram o plano negativamente, foi a mudança na composição das famílias dos seus participantes e assistidos. Quando o plano foi criado, todas as contribuições para garantir o benefício futuro eram baseadas em uma composição familiar onde a esposa(o) ou companheira(o) teria uma idade um





pouco menor que o titular. Sendo assim, sua expectativa de vida seria próxima e o plano precisaria de menos recursos para o pagamento de pensões para os beneficiários do participante ou do assistido.

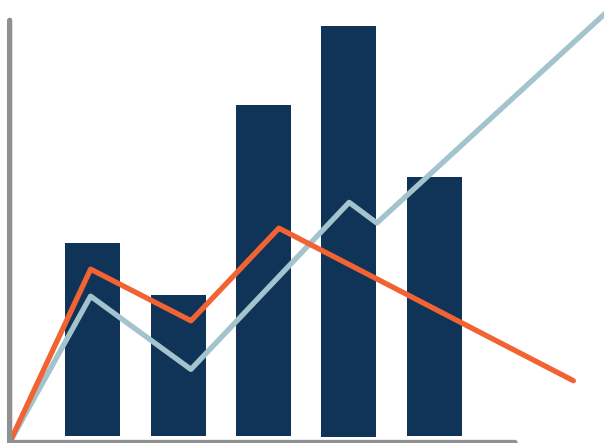
Os tempos mudaram e o que vemos hoje é uma realidade bem diferente.

A composição familiar mudou, a diferença de idade entre o casal aumentou e a expectativa vida da mulher em relação ao homem também aumentou. Além disso houve o reconhecimento legal da relação homoafetiva. Desta forma, os gastos futuros do plano também aumentaram e isso só foi verificado e calculado, no seu compromisso, tardiamente, aumentando significativamente o seu valor.

DADOS IRREAIS

Durante anos, a conta do déficit foi **mascarada** por dados irrealis de previsões que nunca se concretizaram. Um exemplo disso é a previsão de uma taxa de demissão nas empresas patrocinadoras do plano (*turn over*) muito maior do que a realmente praticada. Quando um petroleiro é demitido sem aposentadoria, ele recebe somente a sua parte, enquanto a parte investida pela patrocinadora continua no plano.

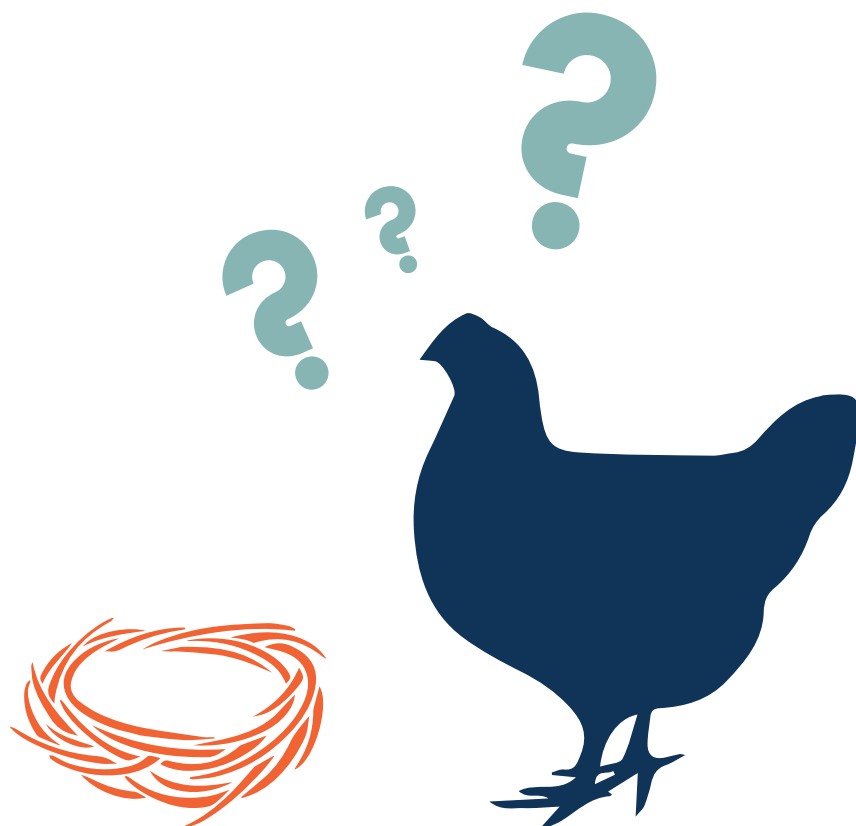
Outro dado levado em consideração foi o financiamento da geração futura pela contra-



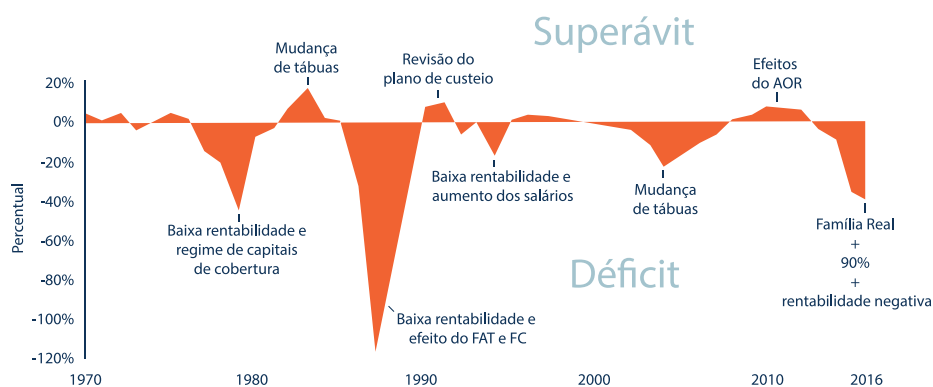


tação de novos empregados, já que se previa que essa geração traria mais contribuições para o plano do que pagamento de benefícios. Isso tudo sem levar em consideração a flutuação do mercado nos anos 90 que estagnou a contratação de novos petroleiros. Somente com o fechamento do plano, em 2002, essa previsão deixou de ser considerada nos cálculos do seu passivo.

Contando com “o ovo antes da galinha botar”, os dados dessas projeções escondiam o déficit do plano, dando uma falsa ideia de que a balança estava equilibrada.



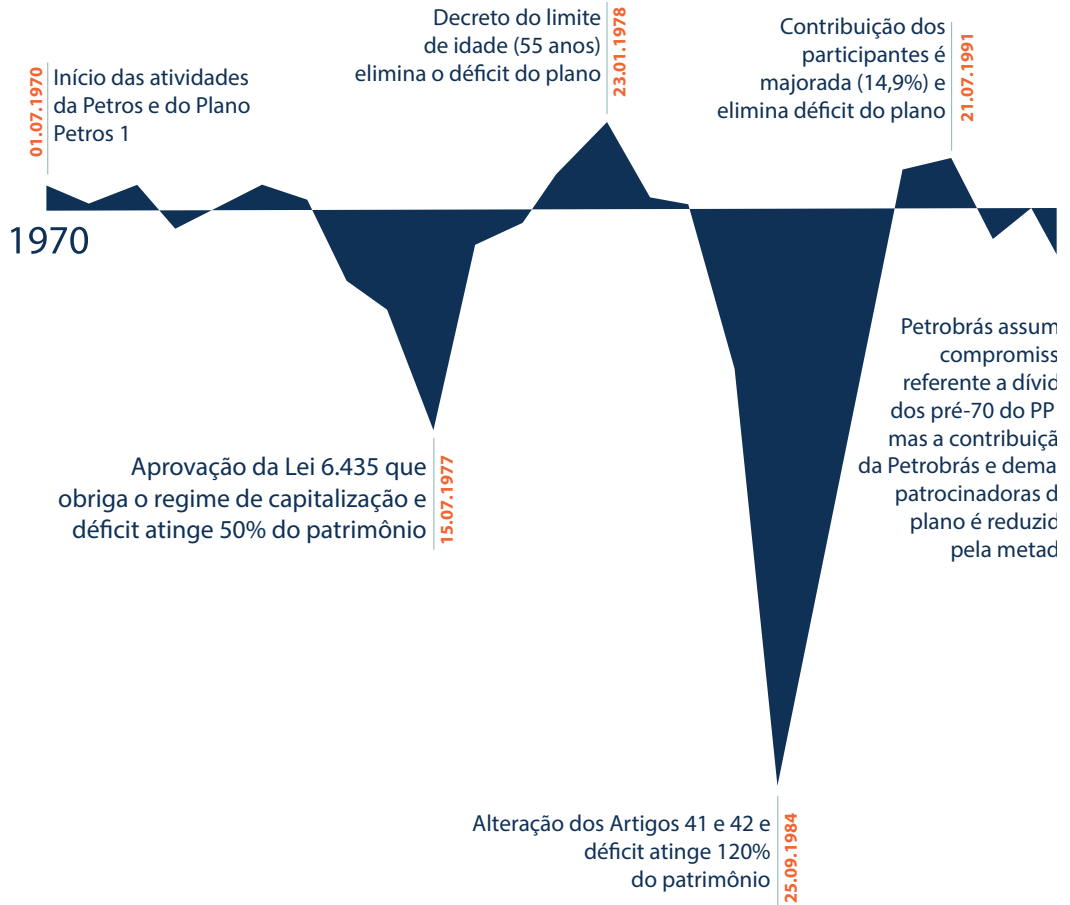
HISTÓRICO DO DÉFICIT

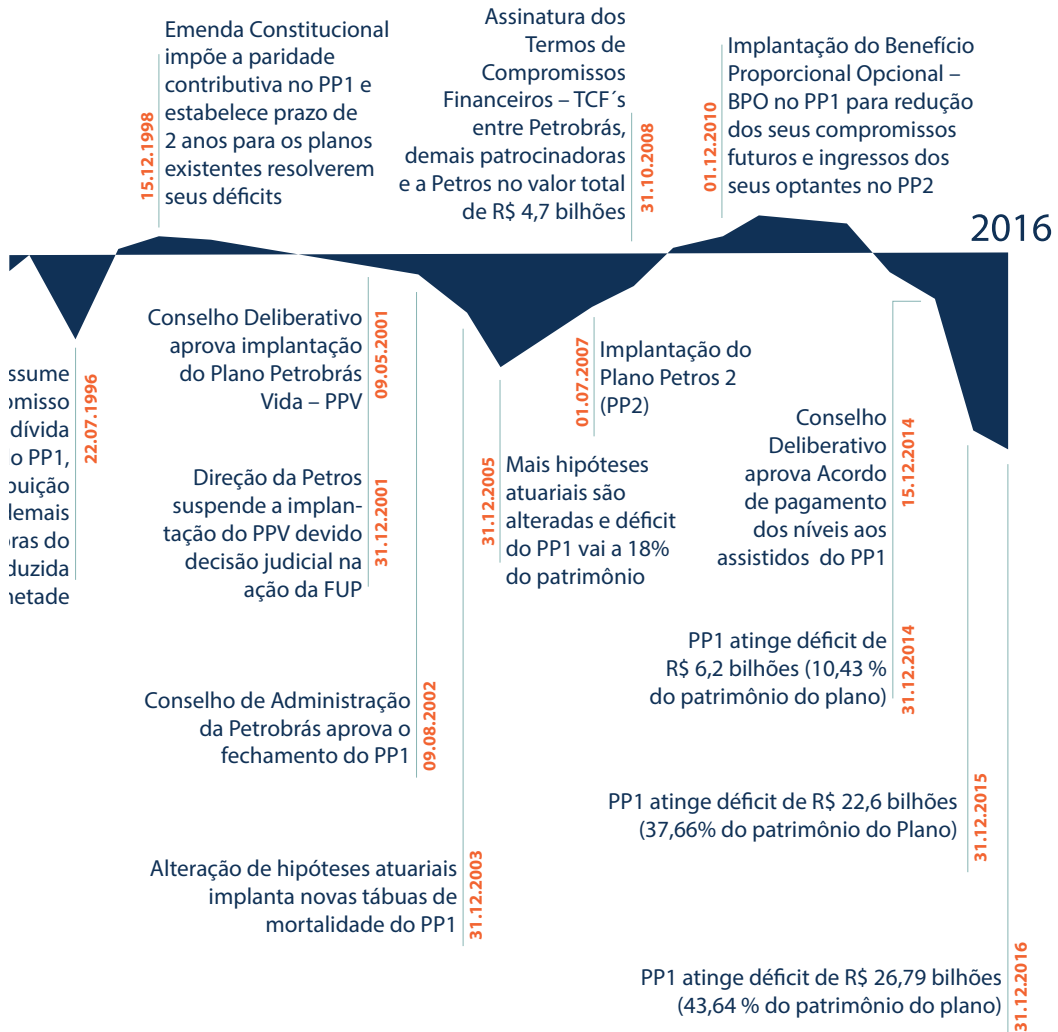


O PP1 sempre teve déficits, o gráfico não mente. Desde sua criação, o Plano Petros 1, além das diversas distorções no cálculo do seu compromisso (passivo atuarial) para parecer sustentável, sofreu ajustes com aumento nas suas contribuições e aportes financeiros. Tudo feito de forma pouco transparente, como queriam os militares que governavam o país nesse período e os governos neoliberais que o sucederam. Durante a sua história, esses aumentos de contribuição e alguns aportes financeiros foram feitos sem que os participantes e assistidos percebessem, sempre para corrigir o desequilíbrio negativo do plano, conforme os seus déficits iam surgindo. Atualmente temos um grande déficit, que representa **43,64%** do seu patrimônio, mas que nem se compara aos **120% de déficit** que chegamos a ter no passado. Hoje estamos encarando a realidade e precisamos lidar com uma solução concreta para resolver o problema ao invés de mais uma vez mascará-lo. É neste sentido que se faz necessário o pagamento das dívidas da Petrobras e demais patrocinadoras com o plano e o equacionamento do seu déficit. Há diversas formas disto ser feito, acreditamos que a única possível é aquela que **menos atinge a renda do trabalhador** (seja da ativa ou o aposentado), da pensionista e dos seus beneficiários.



Para entender a linha do tempo, os fatos e mudanças que ocorreram, vamos analisar as datas mais marcantes da história do PP1:





IMPACTOS RECENTES NO PLANO

O PP1 começa a ter novos e maiores problemas a partir de 1998, após FHC aprovar no Congresso Nacional a Emenda Constitucional número 20 (15/12/1998) que impõe a paridade contributiva nos planos de previdência patrocinados por empresas públicas e estatais e estabelece um prazo de dois anos para que a Petrobras passe contribuir para o PP1 paritariamente com os seus participantes e assistidos, ou seja, na mesma proporção.

Antes desta intervenção, a Petrobras e demais empresas patrocinadoras chegaram a contribuir o dobro do valor total das contribuições do trabalhador. Apesar desse limite contributivo, a nova legislação permitiu, ainda, que as patrocinadoras públicas ou estatais contribuíssem com recursos adicionais, exclusivamente na migração de participantes e assistidos dos planos de benefício definido, como o PP1, que garantem renda vitalícia, para planos de contribuição definida - CD que não garantem essa renda vitalícia.

A intenção, no Sistema Petrobras, era clara: a criação do **PPV - Plano Petros Vida**, e a migração, quase forçada, dos participantes e assistidos do

PP1 para este novo plano, reduzindo significativamente os riscos e compromissos

da Petrobras e das demais patrocinadoras e livrando as empresas de suas dívidas com o PP1. Com a pressão e organização dos trabalhadores liderada pela FUP e seus Sindicatos filiados, em 2001, o PPV afunda e some do mapa, somente vindo a ser substituído por um plano novo em 2007, o bem sucedido PP2, que hoje já é terceiro maior plano de Sistema de Previdência Complementar do país, com patrimônio de aproximadamente R\$16 bilhões.

Além da Campanha contra a migração para o





PPV, a FUP, durante o prazo de dois anos, estabelecido na Emenda Constitucional número 20, notificou judicialmente a Petrobras, a Petros e a então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência, órgão regulador do Sistema, denunciando que o PP1 tinha déficit, que esse déficit não estava registrado contabilmente, porque a Petros estava com premissas defasadas, que reduziam o passivo do plano e estabeleciam um falso equilíbrio.



Não deu outra, quando esses dados começaram a ficar evidentes, após a Petros corrigir as premissas do plano e o seu déficit, essa notificação serviu para a abertura de uma Ação Civil Pública - ACP cobrando o pagamento de valores que, segundo a perícia feita pela assessoria atuarial da FUP, era de aproximadamente **R\$13 bilhões** (números de 2001), de total responsabilidade da Petrobras e das demais patrocinadoras do plano. A empresa recorreu e o juiz do processo solicitou uma segunda perícia, que comprovou **R\$8,7 bilhões**, que deveriam ser pagos imediatamente pela Petrobras ao PP1, valor este que também foi questionado pela Petrobras e demais patrocinadoras.



Nesse período, após um longo prazo de negociação foi celebrado o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), que garantiu uma transação judicial nessa mesma ACP, onde a Petrobras e as demais patrocinadoras assumiram o pagamento de R\$4,7 bilhões com o PP1, e a continuidade do processo para o julgamento dos demais valores que não foram transacionados.

Infelizmente, o movimento sindical petroleiro sofreu uma fratura nesta época, devido a sérias divergências com os termos do AOR, principalmente quanto a previsão de alteração do regulamento do PP1 (repactuação), e numa ação irresponsável, o Sindipetro do Litoral Paulista, um dos autores do processo juntamente com a FUP e demais Sindicatos, ingressou com um recurso (apelação) para impedir a homologação questionando a legitimidade da FUP.

Devido a esse recurso, até a presente data, o processo estava parado. A cobrança do pagamento das demais dívidas então ficou suspenso até recentemente, quando em julho de 2017 finalmente foi julgado o recurso, em segunda instância, possibilitando a FUP prosseguir com a cobrança judicial dessas dívidas.

Importante destacar que o AOR foi fundamental para o reequilíbrio do PP1 a partir de 2008. O reconhecimento de dívidas, por parte da Petrobras e das demais patrocinadoras para arcarem com os aumentos dos compromissos do Grupo pré-70, com os aumentos dos compromissos nos benefícios das pensionistas repactuadas e com os aumentos dos compromissos oriundos da introdução das correções dos benefícios pelos índices de reajuste das patrocinadoras (FAT/FC), somam hoje R\$11 bilhões, ou seja, quase 20% do patrimônio de cobertura do PP1. Além disso o AOR garantiu um custeio maior por parte das patrocinadoras, devido à implantação da paridade plena, incluindo os assistidos, no Regulamento do Plano. Sem esses recursos o Plano estaria praticamente insolvente e o impacto do futuro equacionamento seria ainda mais devastador.

PLANO PETROS 1 EM NÚMEROS

13,54 MIL ATIVOS

64,54 MIL ASSISTIDOS

PATRIMÔNIO: R\$61 BI

COMPROMISSO: R\$89 BI

Dados de maio de 2017

DIFERENÇA ENTRE DÉFICIT E DÍVIDA



Dívida é o valor comprovado que tem que ser pago por uma das partes ou ambas por terem deixado de cumprir sua parte acordada, ou por responsabilidade adicional devidamente comprovada, paga administrativamente ou por decisão judicial.

Já o déficit ocorre quando o compromisso do Plano com seus participantes e assistidos é maior do que o seu patrimônio. Para a sua apuração são levados em consideração a valorização ou desvalorização dos ativos financeiros, o aumento de compromissos futuros, a taxa de juros do momento e do futuro e adequações que ocorrem nas regras que regem o plano ou na própria legislação.

O déficit, portanto, varia com o tempo, devido a todas essas projeções, que são revistas anualmente.

Portanto, se a Petrobras e demais patrocinadoras pagassem a dívida que está sendo cobrada na ACP da FUP (excetuando os valores já transacionados), haveria um aumento no patrimônio do Plano e, conseqüentemente, uma redução no seu déficit.

Apenas para lembrar que o valor cobrado pela FUP na ACP é de R\$13 bilhões, enquanto a perícia determinou em 2007 o valor de R\$8,7 bilhões e o valor transacionado judicialmente nessa mesma época foi de R\$4,7 bilhões. Importante dizer que a transação judicial não encerrou a ACP e que os valores não transacionados continuam sendo cobrados.

PRINCIPAIS CAUSAS DO DÉFICIT

Um dos principais fatores que elevaram significativamente o déficit neste período foi a baixa rentabilidade dos investimentos. Nos anos de 2015, 2016 e 2017 (até maio) a rentabilidade da carteira de investimentos do PPSP não tem batido a meta atuarial.

Além da grave crise econômica que afetou praticamente todos os segmentos econômicos, a Petros teve que reavaliar o valor contábil de alguns ativos de forma negativa, o que ajudou a impactar negativamente o resultado dos investimentos no período 2015/2017.

Eis os principais ativos que sofreram redução de valores no período:

NORTE ENERGIA ↘ R\$ 1,16 BI

FIP SONDAS (SETE BRASIL) ↘ R\$ 1,70 BI

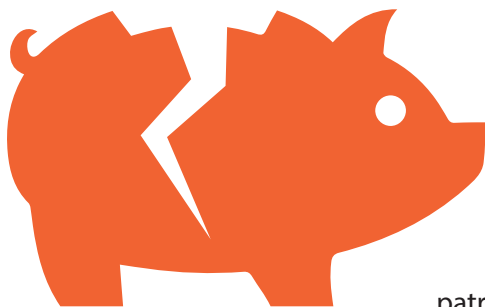
FIP MULTINER ↘ R\$ 0,24 BI

INVEPAR ↘ R\$ 1,11 BI

LITEL (VALE DO RIO DOCE) ↘ R\$ 1,21 BI

O compromisso do Plano com seus participantes e assistidos também teve um grande incremento no período. Os principais impactos gerados no lado do passivo do PP1 foram:

- Uso da Família Real (premissa da composição familiar) – 5,2 bi.
- Retirada do Teto Operacional de 90% - R\$ 3,52 bi.
- Revisão Administrativa de Benefícios (Acordo de Níveis) – R\$ 1,32 bi.



Além disso, somente no ano de 2016 as contingências judiciais foram elevadas em cerca de R\$1 bilhão de reais e essa conta só tende a aumentar, pois o passivo judicial do PP1 é de mais de 25.000 processos judiciais, o que pode inviabilizar o Plano se não houver aportes significativos no seu patrimônio.

Por causa de todos esses efeitos, o déficit do PP1, que em dezembro de 2014 era de R\$6,2 bilhões, atingiu em maio de 2017 o valor de de R\$28 bilhões.

PRECISAMOS EQUACIONAR O DÉFICIT

Enquanto a dívida das patrocinadoras não for paga, o PP1 precisará equacionar o seu déficit com novos aportes financeiros mensais por parte dos participantes e assistidos, assim como das empresas.

Não podemos concordar, porém, que esse pagamento impacte fortemente na renda do trabalhador. O plano hoje conta com apenas 13,54 mil pessoas na ativa e 64,54 mil aposentados e pensionistas. Sem o equacionamento, vai faltar dinheiro e o Plano irá deixar os trabalhadores na mão. Entretanto a FUP discorda da Petrobras e da Petros que apresentam uma proposta abusiva para fazer esse equacionamento. Os mais atingidos seriam os aposentados e as pensionistas.

Em tempos de crise econômica, os trabalhadores da ativa têm mais alternativas de compensar esse impacto na sua renda mensal, mesmo que isso não seja justo. Infelizmente um aposentado ou pensionista não tem nenhuma opção para repor essa renda perdida e a única maneira desses assistidos buscarem novos recursos é através dos empréstimos pessoais do PP1.



Com o excessivo equacionamento proposto pela Petrobras e pela Petros essa possibilidade será inviabilizada, pois a sua renda estará comprometida totalmente pelas contribuições adicionais que serão cobradas mensalmente nos seus benefícios.

Com a renda reduzida e sem crédito, o aposentado estará de mãos atadas no momento da vida que mais precisa de auxílio. Não podemos concordar com isso! É preciso equacionar, mas sem sangrar o petroleiro! Além disso, segundo interpretação atual da Receita Federal os valores pagos relativos as contribuições extraordinárias para o equacionamento do deficit do PP1 não poderão ser deduzidos da base de cálculo anual do IR.

Desta forma, esse equacionamento deve ser realizado pelo menor valor possível, de acordo com o previsto na atual legislação, para que tenhamos



tempo de negociar e implementar no futuro alternativas que possibilitem a sua redução ou eliminação através de mudanças estruturais no Plano, com alteração no Regulamento, Cisão (Separação de Massas), entre outras alternativas.

PLANO DE AÇÃO

Desde que a FUP se qualificou para debater com a empresa esse complexo tema que é a previdência complementar os resultados começaram a aparecer. Essa cartilha é mais uma forma de instruir o petroleiro sobre seus direitos e como fazer esta batalha. Somente com conhecimento e mobilização conseguiremos lutar de igual para igual, sem mais maquiagens nos números e com o menor custo possível para os participantes e assistidos do PP1. Iremos pressionar o Conselho Deliberativo da Petros, os órgãos de fiscalização e a Petrobras para que aceitem a nossa proposta de equacionamento pelo valor mínimo previsto na legislação, reduzindo as contribuições adicionais de participantes e assistidos, enquanto buscamos a cobrança judicial das dívidas da Petrobras e das demais patrocinadoras, bem como a recuperação de ativos financeiros que foram perdidos por investimentos que não atingiram a meta de rentabilidade devido às ações ou omissões da patrocinadoras e do seu acionista majoritário: o governo federal. Intensificaremos a fiscalização para evitar os maus investimentos.



Há ainda a cobrança de valores referente a decisões judiciais individuais, nas quais a Petrobras foi condenada solidariamente com a Petros, nas ações de revisão de níveis salariais (2004, 2005 e 2006) para os assistidos.

Seguiremos em diversas frentes! É necessário acelerar a tramitação da Ação Civil Pública da FUP, que está liberada, finalmente, para ser julgada referente a cobrança das dívidas da Petrobras e demais patrocinadoras com a Petros 1.

Iremos realizar atos regionais e nacionais mobilizando todos os participantes e assistidos do PP1 para pressionar a Petrobras e a Petros a atender nossas reivindicações.

Não podemos dar paz aos que querem tentar nos passar para trás!